

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Ausente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		Caroline Governatori	Titular	Ausente	
	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Suplente	Ausente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Urbano e Habitação	José Police Neto	Titular	Ausente	
		Eduardo Trani	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Justificado	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Justificado	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Presente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Ausente	
		Marco César Prado	Suplente	Ausente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Ausente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco	Suplente	Presente	
		Isadora M. G. da S. Lucas dos Santos	Suplente	Justificado	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
07	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
		José Rubens Françoso	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Marcos Eduardo Morelli	Suplente	Presente	
08	P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Ausente	
		Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Suplente	Ausente	
		Reinaldo Buck Belussi	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Jundiaí	Luiz Fernando Arantes Machado	Titular	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Titular	Presente	
	P.M. de Atibaia	Emil Ono	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Stela Dalva Sorgon	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
		João Francisco de Lima	Titular	Presente	
	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Suplente	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Presente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
		Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinell	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Presente	
14	SABESP	Valdemir Viana de Freitas	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificado	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Ausente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
20	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
21	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Justificado	
22	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
23	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Ausente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Justificado	
24	BIOSS	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente	
	CREA-MG	Maurício Djalles Costa	Suplente	Presente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Presente
	DAEE	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Presente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Convidado	Presente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Vlami Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Justificado
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	ASSEMAE	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Gustavo Arthur Michelin Prado	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	P.M. de Louveira	Patrícia Regina Ferreira Calejari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane M. Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana M. Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Presente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Técnica
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Eduardo Cuoco Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Diogo Bernardo Pedrozo – Coordenador de Projetos
	Kátia Gotardi – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Longato – Coordenadora de Apoio ao S. de Gestão de Recursos Hídricos
	Aline Sebuske
	Ana Beatriz Sepulveda

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

Fundação Agência das Bacias PCJ	Camila Costa de Souza
	Charles Oliveira
	Daniela Cunha Tornisiello
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Débora Lavoura
	Diego Soares
	Douglas Brunelli
	Fabio Coca
	Felipe Moraes Rigo
	Felipe Requena
	Gabriel Sobreira
	Gabriela Durrer Lopes Giusti
	Gean Francisco Costa Barrilli
	Jairo Campos
	Jaqueline Fagundes Costa
	Kaique Duarte Barretto
	Karla Romão
	Kátia Maria Sampaio Cezarino
	Laice Daniele Correia
	Larissa Lucianetti
	Leonardo Baumgratz
	Lívia Modolo
	Luclécia Soares
	Luiz Colassio
	Marcelo Avila
	Mariane Rodrigues Amuy
	Nathalia Corá
	Nicolle Costa
	Raquel Quirino
	Rebeca Silva
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
	Tiago Georgette
	Thamiris Cardoso
ANA	Osman Fernandes da Silva
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
	Bianca Caroline Alves Leite
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza

Abertura e pauta. A convocação e a pauta da 94ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foram enviadas aos membros da CT-PL por meio de mensagem eletrônica em 09/08/2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º

Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma profícua reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis fez a apresentação da pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação da ata da 93ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 07/06/2024, por videoconferência.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 93ª

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 07/06/2024, por videoconferência. A leitura foi dispensada, por unanimidade, e o Sr. Denis abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2024, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, para o exercício de 2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou informando que o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2024 visa definir critérios gerais para a aplicação de recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal. Esses recursos são destinados ao exercício de 2025 e são direcionados especificamente para iniciativas que visem à proteção e conservação dos recursos hídricos, no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ. Após breve contextualização, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Gabriela Giusti, representante da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação sobre o assunto, a fim de subsidiar o entendimento. A Sra. Gabriela iniciou sua apresentação informando que a responsabilidade pela condução e coordenação do Ato Convocatório nº 01/2024 está a cargo da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, que também está organizando uma oficina preparatória prevista para novembro de 2024. A Sra. Gabriela apresentou as iniciativas do Programa I, da Política de Mananciais PCJ, voltadas para a recuperação, conservação e proteção ambiental em áreas prioritárias, bem como as ações do Programa II, que trata do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Dentro do Programa I, existem 03 (três) ações financiáveis, sendo que a primeira (A), com valor de recurso de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a R\$300.000,00 (trezentos mil reais), refere-se a Unidade Coordenadora de Execução (UCE) que visa a contratação de empresa para prestar apoio na prospecção de áreas em projetos ou programa de mananciais municipal. A segunda ação (B), com valor de recurso de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil de reais) a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), refere-se à restauração ecológica, podendo ser incluídas intervenções visando reflorestamento, cercamento

para isolamento dos fatores de degradação e controle de erosão necessário ao referido reflorestamento. E a terceira ação (C), com valor de recurso entre R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil de reais) a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), refere-se ao saneamento rural, para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de Projetos Integrais de Propriedade (PIPs) voltadas à proteção de mananciais de interesse para o abastecimento público. No Programa II, são 04 (quatro) ações atribuídas, subdivididas em D/E/F/G, nas quais, resumidamente, dispõe sobre restauração ecológica, saneamento rural, UCE e incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais. O recurso estipulado para cada um é de no mínimo R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e no máximo R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a ação (D); R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) para ação (E); R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a ação (F) e R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) para a ação (G). No cronograma de execução das atividades, o período para inscrições será de 25 de setembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025. A análise da documentação submetida ficará a cargo da Fundação Agência das Bacias PCJ e da Câmara Técnica de Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ, e ocorrerá entre 7 e 21 de março de 2025. A Sra. Gabriela destacou outras datas importantes, como a reunião da CT-PL, prevista para junho de 2025, onde serão indicados os empreendimentos selecionados, com a aprovação por meio de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ. Após a apresentação, o Sr. Denis abriu a palavra para as manifestações dos presentes. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, elogiou a iniciativa e destacou a experiência bem-sucedida do município de Extrema/MG, que obteve recursos da Cobrança PCJ Federal para impulsionar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Ele ressaltou que o PSA é uma excelente fonte alternativa de recursos, trazendo não apenas benefícios para a sustentabilidade, mas também contribuindo significativamente para o sequestro de carbono. Em seguida, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da CT-Mananciais, expressou sua preocupação sobre o processo de elaboração do edital. Ele explicou que o documento deveria ter sido previamente discutido no âmbito da CT-Mananciais, antes de ser apresentado na CT-PL.

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

Destacou ainda que o alinhamento prévio seria fundamental para assegurar um melhor aprimoramento técnico e permitir a inclusão de contribuições para o edital, levando em consideração as particularidades da conservação e recuperação dos mananciais. Além disso, ressaltou que essa abordagem poderia incentivar uma maior participação dos municípios no processo. Na sequência, o Sr. Felipe explicou que o edital foi elaborado seguindo o mesmo padrão adotado nos anos anteriores, com o objetivo de garantir maior uniformidade e consistência ao processo. Ele ressaltou que essa padronização busca facilitar a compreensão e a participação de todos os envolvidos, mantendo uma estrutura familiar que já foi testada e ajustada em edições passadas. Além disso, mencionou que o modelo padronizado visa otimizar a avaliação técnica e administrativa, assegurando que as regras e critérios sejam aplicados de forma justa e eficiente, tanto para os novos participantes quanto para aqueles com experiência prévia no processo. O Sr. Felipe acrescentou que a equipe da Assessoria Ambiental tem se dedicado intensamente para fomentar a participação ativa dos municípios, implementando estratégias que incentivem seu engajamento no processo. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 483/24, de 16/08/2024, que aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2024, que define critério gerais para a aplicação de recurso da Cobrança PCJ Federal pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2025, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por maioria para ser encaminhada para publicação e assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. Foi registrada a abstenção de voto do Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da AAMHOR. **4. Cancelamento da indicação de empreendimento com recursos da Cobrança PCJ Federal.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o assunto em discussão cancela a indicação do empreendimento “Contratação de empresa para a elaboração de PIPs, viabilizando os projetos executivos de adequação ambiental em propriedades rurais”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes e foi financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal.

Salientou que o saldo correspondente ao empreendimento, indicado em 2021, será acrescido ao orçamento, para distribuição pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Felipe Requena, representante da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar uma apresentação sobre o assunto. O Sr. Felipe contextualizou que o empreendimento cancelado é o indicado em 2021, através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 354/21, de 05/03/2021. O município de Santa Gertrudes indicou uma mirco-bacia de interesse para o abastecimento municipal, porém a área era objeto de restauração ecológica para atendimento de um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA-CETESB). Assim, a prefeitura de Santa Gertrudes enviou o Ofício nº 024/2024, datado de 15/05/2024, requisitando o cancelamento da sua inscrição no Edital, em razão do tempo transcorrido entre submissão da propriedade e a efetiva implementação do PIP, os usos atuais e as atividades desenvolvidas na propriedade, bem como a pertinência em proceder com a prospecção de outras áreas. Em seguida, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestação dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 484/24, de 16/08/2024, que cancela a indicação do empreendimento “Contratação de empresa para a elaboração de Projetos Integrals de Propriedades (PIPs), viabilizando os projetos executivos de adequação ambiental em propriedades rurais”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para publicação e assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. **5. Cancelamento da indicação de empreendimentos com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização sobre o tema informando que o presente item de pauta trata sobre o cancelamento de dois empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022, salientando que o saldo dos recursos financeiros correspondente aos dois empreendimentos, será acrescido ao orçamento de 2025, para distribuição pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Livia

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação sobre o assunto. A Sra. Lívia iniciou sua apresentação explanando sobre Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/09/2022, o qual possui as informações sobre os 02 (dois) empreendimentos que estão sendo cancelados, financiados com recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista (FEHIDRO). Um dos tomadores foi a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista (P.M. de Campo Limpo Paulista), cujo empreendimento era a “Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Campo Limpo Paulista”, enquadrado na modalidade de financiamento “não reembolsável” dentro da ação financiável “Elaboração e Revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico”. O outro tomador foi o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras (SAAE Rio das Pedras), responsável pelo empreendimento “Execução de Troca de Redes de Abastecimento de Água do Bairro São Cristóvão II, no Município de Rio das Pedras”, também enquadrado na modalidade de financiamento “não reembolsável”, na ação financiável “Obras, Serviços e Equipamentos para Controle de Perdas Hídricas em Sistemas de Abastecimento de Água”. A Sra. Lívia informou que, de acordo com os termos do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO para investimentos (MPO-FEHIDRO), cabe ao Agente Técnico (AT) do FEHIDRO analisar a documentação do processo licitatório para a liberação da primeira parcela. Em ambos os empreendimentos, foram emitidos Pareceres Técnicos de reprovação, nos quais o AT apontou inconsistências no processo licitatório, resultando na reprovação dos projetos. Os tomadores de ambos os empreendimentos apresentaram recurso contra a manifestação do AT, os quais não foram aceitos, foi emitido um novo Parecer Técnico recomendando à SECOFEHIDRO o cancelamento dos contratos. Os comunicados da SECOFEHIDRO, datados de 12/06/2024, oficializaram o cancelamento dos referidos empreendimentos. Os valores referentes a esses empreendimentos retornarão para serem incorporados no orçamento de 2025, ficando disponível no montante dos recursos para futuros investimentos. O Sr. Mateus Bento Batista Arantes, representante da Prefeitura Municipal de Louveira e Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), e o Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, também se manifestaram sobre os prazos para a submissão dos

documentos referentes à licitação, cujo limite é 14 de setembro de 2024, alertando que ainda há tomadores que não enviaram a documentação. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recurso da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Reti-ratificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, reti-ratificada em 05/04/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item de pauta se refere à necessidade de nova retificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, com o objetivo de aprimorar os mecanismos relacionados ao fluxo contínuo de financiamento de empreendimentos com recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e CFURH). Em seguida, o Sr. Denis concedeu a palavra à Sra. Lívia Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que deu início à apresentação fazendo uma breve contextualização. A Sra. Lívia informou que o objeto em pauta trata das alterações propostas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. A modificação diz respeito ao Anexo IV, cujo item 17, atualmente descrito como "Apresentar estudo técnico preliminar contemplando o conteúdo mínimo no Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021 (no caso de proposta para elaboração de projetos básicos) ou projeto básico (no caso de proposta para elaboração de projeto executivo)", passará a ser "Apresentar documentação técnica mínima, conforme as regras do Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021". No que diz respeito à aplicabilidade, será acrescentado o termo "obras" ao já existente "Elaboração de projetos e Obras (em qualquer temática)". A alteração visa evitar interpretações equivocadas sobre o estudo técnico exigido, bem como flexibilizar e regulamentar a inscrição de propostas para a contratação "conjunta" de obras e projetos (projetos básicos e executivos), além de definir o conteúdo mínimo da documentação técnica exigida. Será incorporado um quadro com orientações extraídas do Manual Orientativo PCJ (Saneamento), indicando o que o tomador deve apresentar. Outra modificação apontada pela Sra. Lívia diz respeito ao artigo 9º da deliberação em pauta, alterando a expressão "[...] prazos definidos no quadro 1, do

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

artigo 1º desta deliberação [...]" para "[...] prazos
350 definidos nesta deliberação [...]", esclarecendo
todos os prazos sujeitos a reavaliação, com o
objetivo de otimizar a aplicação dos recursos dentro
do mesmo exercício, sempre que possível. A Sra.
Lívia concluiu sua apresentação, devolvendo a
355 palavra ao Sr. Denis, que agradeceu a colaboração e
a apresentação realizada, abrindo espaço para as
manifestações dos membros. O Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias
PCJ, sugeriu uma colocação referente ao valor
360 máximo de repasse na modalidade "Reembolsável"
para os municípios classificados da 1ª à 25ª posição
(conforme as listas de priorização presentes no
Anexo I) e para as demais posições, conforme o
artigo 1º das "Regras para elaboração e indicação
365 das propostas de financiamento". Ele propôs a
alteração desse valor para R\$ 20.000.000,00 (vinte
milhões de reais). O Sr. Martim de França Silveira
Ribeiro, representante da Prefeitura Municipal de
Jundiaí/SP; o Sr. Luís Filipe Rodrigues,
370 representante da Associação Nacional dos Serviços
Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e
Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH); o Sr.
Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do
375 Consórcio PCJ; o Sr. Marco Antonio das Santos,
representante da Associação Nacional dos Serviços
Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-
presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do
PCJ FEDERAL, entre outros membros,
380 manifestaram-se favoráveis à alteração proposta.
Após as manifestações dos presentes, o Sr. Denis
submeteu à votação a minuta de Deliberação, que
ratifica a Deliberação nº 448/23, de 29/06/2023, que
define o cronograma e as regras para a seleção de
385 empreendimentos de Demanda Priorizada, na
temática de saneamento, visando a indicação para
obtenção de financiamento com recursos da
Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos
hídricos e da Compensação Financeira pela
390 Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de
Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente
aos orçamentos de 2024 a 2027, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada aos Plenários
dos Comitês PCJ. **7. Apreciação de minuta de
395 Deliberação que indica empreendimentos para
financiamento com recursos oriundos da
cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios
de domínio do Estado de São Paulo, localizados
nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da
400 Compensação Financeira pela utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de**

**Energia Elétrica (CFURH), referente ao
exercício de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
405 Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, iniciou o item de pauta explicando que
se trata da indicação de empreendimentos a serem
financiados com recursos do FEHIDRO (Cobrança
410 PCJ Paulista e Compensação Financeira pela
Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de
Geração de Energia Elétrica – CFURH). Na
sequência, o Sr. Denis concedeu a palavra à Sra.
Lívia Modolo, representante da Coordenação de
415 Projetos da Agência das Bacias PCJ, para uma breve
apresentação sobre o tema. A Sra. Lívia iniciou sua
explicação informando que o edital em questão foi
a aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº
448/23 e que atualmente há 09 (nove) propostas
420 aptas para indicação, conforme disposto no
parágrafo 1º do artigo 3º da referida deliberação.
Um caso excepcional envolveu a reindicação de
empreendimento da Prefeitura Municipal de Campo
Limpo Paulista, cujo processo havia sido cancelado,
425 conforme item 05 da pauta desta reunião. No
entanto, de acordo com o Ofício SECOFEHIDRO
nº 108/2024, foi comunicado ao tomador que ele
poderia solicitar nova indicação aos Comitês PCJ.
O tomador seguiu o procedimento estabelecido,
430 passando pelo protocolo inicial no sistema da
Agência das Vacuas PCJ, adequação técnica,
protocolo no SINFEHIDRO, e está sendo
novamente indicado pelos Comitês PCJ. Em
seguida, a Sra. Lívia apresentou um quadro com
435 todos os empreendimentos indicados, totalizando
um valor de repasse de R\$ 15.000.000,00 (quinze
milhões de reais), dos quais 03 (três)
empreendimentos, no valor de R\$ 2.800.000,00
(dois milhões e oitocentos mil reais), são oriundos
440 de recursos da CFURH. Os demais 06 (seis)
empreendimentos, provenientes de recursos da
Cobrança PCJ Paulista, somam R\$ 12.200.000,00
(doze milhões e duzentos mil reais). A Sra. Lívia
alertou os tomadores dos recursos da CFURH sobre
445 a natureza não reembolsável desses fundos,
ênfatizando que, em caso de cancelamento, os
valores não retornarão para a conta dos Comitês
PCJ. Finalizando, apresentou um panorama geral do
fluxo contínuo, destacando que houve 19
450 (dezenove) inscrições, das quais 05 (cinco) já foram
indicadas, 09 (nove) estão aptas para indicação e 05
(cinco) foram indeferidas. Ressaltou que esta é a
última indicação do ano por parte dos Comitês PCJ,
e as próximas inscrições ocorrerão em outubro de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

455 2024, janeiro de 2025 e março de 2025, com as
respectivas indicações previstas para março de
2025, junho de 2025 e agosto de 2025. O Sr. Denis
agradeceu à Sra. Livia pelo detalhamento da
460 apresentação e abriu a palavra para manifestações
dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr.
Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação
que indica empreendimentos para financiamento
com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos em rios de domínio do Estado de
465 São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança
PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela
Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de
Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao
exercício de 2024, sendo aprovada por unanimidade
470 para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês
PCJ. **8. Reti-ratificação da Deliberação ad
referendum dos Comitês PCJ nº 475/24, de
07/06/2024, que indica empreendimentos para
financiamento com recursos oriundos da
475 cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios
de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ
(Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício
de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
480 Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explicou que o item de pauta refere-se
à retificação da Deliberação PCJ nº 475/24, de
07/06/2024, com o objetivo de corrigir o objeto do
485 empreendimento do município de Jaguariúna,
devido a um erro de digitação no Anexo I da referida
Deliberação. Ressaltou que não houve alteração nos
valores financeiros financiáveis, tratando-se apenas
da correção na redação do objeto do
490 empreendimento. Após essa breve
contextualização, o Sr. Denis concedeu a palavra à
Sra. Karla Romão, representante da Coordenação de
Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
iniciou a apresentação explicando que, em junho,
495 foram indicados 06 (seis) empreendimentos para
recebimento de recursos do exercício 2024 da
Cobrança PCJ FEDERAL. Contudo, ocorreu um
equivoco na redação do objeto no quadro 1. O texto
original indicava: "Execução de obras de
500 implantação da Estação Elevatória de Esgoto Bruto
do Parque Florianópolis, com rede de recalque até a
ETE Vila Primavera e emissário de esgoto tratado
para o corpo receptor – rio Camanducaia, no
município de Jaguariúna/SP, conforme projeto
505 executivo". O correto, no entanto, é: "Execução das
obras da Estação Elevatória de Lodo, conforme o
projeto executivo de ampliação da Estação de

Tratamento de Esgoto – ETE Camanducaia, no
município de Jaguariúna/SP". A Sra. Karla
510 enfatizou que a retificação é necessária para garantir
a conformidade contratual, mas não há qualquer
alteração nos valores já estabelecidos, que
permanecem corretos e inalterados. Após a
conclusão da apresentação e não havendo
515 manifestações adicionais, o Sr. Denis submeteu à
votação a minuta de Deliberação que retifica a
Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº
475/24, de 07/06/2024, a qual indica
empreendimentos para financiamento com recursos
520 oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
em rios de domínio da União, localizados nas
Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao
exercício de 2024, sendo aprovada por unanimidade
para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês
525 PCJ. **9. Apreciação de minuta de Deliberação que
aprova a Revisão da Política de Educação
Ambiental no âmbito da área de atuação dos
Comitês PCJ – Política de Educação Ambiental
dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
530 representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, contextualizou o item de pauta,
informando que se trata da revisão da Política de
535 Educação Ambiental dos Comitês PCJ. Explicou
que a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos
Comitês PCJ (CT-EA) está desenvolvendo uma
proposta de revisão da Política, com o intuito de
alinhar as práticas educativas aos desafios
540 ambientais contemporâneos, promovendo a
conscientização e o engajamento das comunidades
locais na preservação dos recursos hídricos, em
conformidade com o Plano de Bacias PCJ. Em
seguida, o Sr. Denis convidou a Sra. Ana Lúcia
545 Floriano Rosa Vieira, Coordenadora da CT-EA,
para apresentar mais detalhes sobre o tema. A Sra.
Ana Lúcia Vieira iniciou sua apresentação fazendo
um breve histórico da Política de Educação
Ambiental (PEA) dos Comitês PCJ, mencionando
550 que esta é a terceira versão da Política. A primeira
versão, elaborada em 2004, não foi aprovada como
deliberação, enquanto a segunda versão foi
formalmente instituída como Política de Educação
Ambiental dos Comitês PCJ por meio da
555 Deliberação nº 231/15, de 12/08/2015. Dando
sequência, a Sra. Ana Lúcia destacou a justificativa
para a revisão da Política e a formação do grupo de
trabalho de revisão dentro da CT-EA, denominado
Grupo de Trabalho de Política (GT-Política).
560 Ressaltou o Artigo 1º da nova versão da Política,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

que introduz a diretriz de estabelecer programas de educação ambiental focados na comunicação e em processos formativos, tanto formais quanto informais, relacionados à realidade socioambiental das Bacias PCJ. Posteriormente, a Sra. Ana Lúcia apresentou a estrutura da nova proposta da PEA, detalhando os cinco programas previstos e as atividades associadas a cada um. Após a exposição, o Sr. Denis agradeceu à Sra. Ana Lúcia Vieira pelo detalhamento e abriu espaço para manifestações dos presentes. A Sra. Adriana Sacioto, Coordenadora-adjunta da CT-EA, fez uma intervenção elogiando o trabalho realizado e reforçando a relevância da Política de Educação Ambiental para o sucesso dos projetos a serem implementados na bacia. Em seguida, a Sra. Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, também parabenizou a equipe envolvida e ressaltou a importância do esforço coletivo. Concluídas as manifestações, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação que aprova a Revisão da Política de Educação Ambiental no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, e dá outras providências. A proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **10. Outros assuntos:** Por não existir outros assuntos, o Sr. Denis deu continuidade na pauta da reunião. **11. Informes. 11.1 da Secretaria Executiva.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a) O Portal de Capacitação** da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e temas correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com emissão de certificados (Link para acesso: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>); **b)** de 15 de julho a 27 de dezembro, estão abertas as inscrições para organizações civis e usuários de recursos hídricos não associados (do setor de Abastecimento Público) para o processo eleitoral dos Comitês PCJ para o Mandato 2025-2027. As inscrições devem ser realizadas através do envio de documentos para o e-mail da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; **c)** o final de julho, ocorreu a Assembleia Setorial do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), CBH Interestaduais. Foram definidos os representantes para as vagas: Vaga 1 – CBH-Paraíba como 1º titular, CBH-Paranapanema como

1º suplente e PCJ FEDERAL como 2º suplente; **d)** de 08 a 10 de julho, em Belo Horizonte/MG, ocorreu o 1º Encontro Regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste – ERCOB, promovido pelos Fóruns Estaduais dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Sudeste. O evento teve como objetivo promover o diálogo e a troca de experiências entre os colegiados, com apresentações do Presidente Sr. Luciano Almeida e do Sr. Rodrigo Hajjar sobre a estrutura e funcionamento dos Comitês PCJ e sobre as ações relacionadas às mudanças climáticas; **e)** em 14/08/24, no município de Campinas/SP, ocorreu a Reunião do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Plano de Bacias – GT-Cobrança (CT-PB), onde foi discutida a minuta de Parecer Técnico sobre a revisão de preços e mecanismos das Cobranças PCJ Paulista e Federal, além do cronograma de discussões na CT-PB, CT-PL e Plenários, com etapas de campanha e disponibilização de um simulador; **f)** no dia 21/08, às 13h30, acontecerá o Webinar “Planos Municipais de Saneamento Rural: Caminhos para a Sustentabilidade e Saúde”, organizado pela CT-Rural. O evento visa discutir a importância dos Planos Municipais de Saneamento, promovendo políticas públicas eficazes, com foco na participação da população local, segurança da água e padrões de potabilidade (Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=AVSXNf_jc); **g)** no dia 22/08/24, das 09h30 às 12h, na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP, ocorrerá o Encontro de Perdas de Água – Metodologia de Balanço Hídrico da IWA, organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O evento contará com a palestra “A importância do balanço hídrico no combate às perdas do sistema de abastecimento de água”; **h)** de 05 a 09 de agosto, no Rafin Palace Hotel & Convention, em Foz do Iguaçu/PR, aconteceu o 1º Fórum Brasil das Águas, com a participação da comitiva dos Comitês PCJ. Membros da comitiva realizaram palestras nos painéis “Água e Sociedade”, “Água e Desenvolvimento”, “A Educação Ambiental e Capacitação Fortalecendo a Gestão dos Recursos Hídricos” e “Plano e Saneamento Rural”; **e i)** no dia 30/08/24, às 09h, ocorrerá a 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, por videoconferência. O convite será enviado aos membros no dia 20/08/2023, com o link de acesso. **11.2 da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 94ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 16/08/2024 – 9:00 horas

670 sequência, o Sr. Denis Herisson da Silva passou a
palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente
da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
675 cumprimentou a todos e informou sobre: **a)** no dia
17/07/24, representantes da Agência das Bacias
PCJ, junto com representantes das prefeituras de
Cordeirópolis e Piracicaba, realizaram uma visita à
Represa de Santa Marina, localizada no município
680 de Cordeirópolis, inaugurada em 13/06/24; **b)** entre
os dias 01 a 04/08/24, ocorreu a 2ª Expo ESG, em
Piracicaba, na qual a Agência das Bacias PCJ esteve
presente com um estande junto com o DAEE; **c)** no
dia 06/08/24, o Sr. Sergio Razera, em companhia do
685 Secretário Executivo do Consórcio PCJ, Sr.
Francisco Carlos Lahóz, esteve no 1º Fórum Brasil
das Águas, que reuniu o Conselho Latino-
Americano da Água para a realização da
Assembleia Constituinte. Na ocasião, foi
690 apresentado e aprovado o Estatuto da instituição,
além da eleição para escolher os membros que irão
compor o conselho; **d)** no dia 13/08/24, a Agência
das Bacias PCJ recebeu representantes do Instituto
Ambiental de Estocolmo (SEI), com o objetivo de
dialogar sobre as experiências dos Comitês PCJ e
explorar as ferramentas desenvolvidas pelo SEI
para auxiliar na tomada de decisões; **e)** Entre os dias
22/07/24 e 09/08/24, a Agência das Bacias PCJ
695 recebeu visitas in loco das Auditorias do Tribunal
de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e da
ANA para fiscalização das atividades
administrativas, financeiras e técnicas
desenvolvidas pela Agência no exercício de 2023;
700 **f)** na Capacitação de PMMA/Cerrado, realizada
através do Contrato nº 037/2023, houve a
participação de 57 municípios inscritos. A
capacitação foi composta por dois módulos, sendo

um online e outro presencial, com o objetivo de
705 capacitar os municípios das Bacias PCJ para a
elaboração de Planos Municipais de Mata Atlântica
e Cerrado; **g)** será encaminhado, via e-mail, aos
representantes dos municípios das Bacias PCJ um
formulário para levantar as principais dificuldades
enfrentadas na captação de recursos financeiros
710 junto aos Comitês PCJ, bem como possíveis
demandas por recursos em ações financiáveis. **11.3**
dos membros dos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr.
Denis franqueou a palavra para que os demais
membros pudessem fazer seus informes: **a)** o Sr.
715 Francisco Lahóz abordou sobre o 1º Fórum Brasil,
agradecendo e parabenizando a todos os envolvidos
e em segundo ele informou sobre o aguardo da
publicação, por parte do Governo do Estado de SP,
referente aos resultados das licitações da
720 continuidade das obras das Barragens em
Amparo/SP e Pedreira/SP; e **b)** o Sr. Flávio Stenico
abordou que o Governo Federal liberou no dia
26/07/24 os resultados dos projetos de seleção do
novo PAC (Programa de Aceleração do
725 Crescimento) e, pela apuração feita pelo Consórcio
PCJ nas planilhas disponibilizadas, 10 (dez)
municípios pertencentes às Bacias PCJ foram
contemplados com investimentos em projetos na
área de saneamento, atendimento de águas,
730 esgotamento sanitário, drenagem urbana e outros.
Frisou que o Consórcio PCJ fez um trabalho
bastante integrado junto aos municípios associados,
auxiliando vários a se cadastrarem no PAC. Dos 10
municípios anunciados pelo Governo Federal, 06
735 (seis) foram advindos desse trabalho orientativo do
Consórcio PCJ. **12. Encerramento:** Nada mais
havendo a tratar, o Sr. Denis agradeceu a
participação de todos e deu por encerrada a reunião.

Denis Herisson da Silva

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL e Coordenador da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)